

**UNIVERSIDADE TIRADENTES
SERVIÇO SOCIAL**

**ANDREZA ANDRADE SANTOS
AYRES ANDRADE SANTOS
RAFAELA FREITAS FEITOSA**

**A TERCEIRA IDADE E O MERCADO DE TRABALHO:
CONSIDERAÇÕES SOBRE A INSERÇÃO DA
TERCEIRA IDADE NO MERCADO DE TRABALHO
INFORMAL DO MUNICÍPIO DE PROPRIÁ/SE.**

**PROPRIÁ
2012**

**ANDREZA ANDRADE SANTOS
AYRES ANDRADE SANTOS
RAFAELA FREITAS FEITOSA**

**A TERCEIRA IDADE E O MERCADO DE TRABALHO:
CONSIDERAÇÕES SOBRE A INSERÇÃO DA
TERCEIRA IDADE NO MERCADO DE TRABALHO
INFORMAL DO MUNICÍPIO DE PROPRIÁ/SE.**

Monografia apresentada à Universidade Tiradentes, como um do pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

ORIENTADOR:
Rodrigo Mendonça Salgado

**PROPRIÁ
2012**

ANDREZA ANDRADE SANTOS
AYRES ANDRADE SANTOS
RAFAELA FREITAS FEITOSA

A TERCEIRA IDADE E O MERCADO DE TRABALHO: CONSIDERAÇÕES
SOBRE A INSERÇÃO DA TERCEIRA IDADE NO MERCADO DE
TRABALHO INFORMAL DO MUNICÍPIO DE PROPRIÁ/SE.

Monografia apresentada ao Curso de
Serviço Social da Universidade
Tiradentes UNIT, como requisito
parcial para obtenção do grau de
bacharel em Serviço Social.

Aprovada em ___/___/___.
Banca examinadora

Prof. Rodrigo Mendonça Salgado
Universidade Tiradentes

Prof.^a Lenalda Vieira Santos Moraes
Universidade Tiradentes

Prof. José Roberto dos Santos
Universidade Tiradentes

Dedico a Deus, a meus pais Jorge Luiz Andrade Lima e Célia Regina Santos Lima, a meu esposo Jonatan dos Santos de Souza, a minha filha Emilly Andrade de Souza, ao meu sobrinho Luiz Gabriel Nunes Santos, a minhas irmãs Alline Beatriz Andrade Santos e Ayres Andrade Santos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me dar sabedoria, capacidade para pensar, amar e lutar pela conquista dos meus ideais. Muitas foram as lutas, maiores as vitórias e isso porque o Senhor se fez presente, transformando a fraqueza em força e a derrota em vitória.

“Tudo posso naquele que me fortalece”, (Filipenses 4:13).

Obrigada, Senhor, por tudo!

Aos meus pais, Jorge e Célia, que me deram a vida e me ensinaram a viver com dignidade, honestidade e respeito. Vocês são responsáveis por esse momento tão especial em minha vida. Por sua dedicação, pelo amor que me fez mais forte, fazendo-me entender que sou capaz de ir mais além. Esta vitória também é de vocês. Obrigada por tudo. Vocês são a razão do meu viver. “Amo muito vocês”.

Aos meus pequenos Emilly, que Deus me presenteou, alegrando cada vez mais a minha vida, (filhinha, mamãe te ama muito), você pra mim é uma “Dádiva de Deus”. Meu sobrinho Luiz Gabriel, meu menino sapeca, que titia “Adeda” ama muito. “Que o anjo Gabriel te proteja sempre, meu amorzinho”. Ao meu priminho-sobrinho, Allan Henrique, que Deus ilumine sempre você, “titia te ama”.

Às minhas irmãs Alline Beatriz e Ayres, grandes amigas e companheiras, pessoas por quem sinto muito carinho, vocês são maravilhosas, incomparáveis e muito especiais. Amo vocês!

Aos meus avôs Floraci Torres (in memorian), Francisco Santos (in memorian), Mario Pereira (in memorian), ao meu tio Edilson (in memorian), a minha tia Cacilda (in memorian), que Deus resolveu levar mais cedo para morar em seu reino. Sei que onde vocês

se encontram estão orando por mim. “Amo vocês”. A minha avó Beatriz (vovó Biata), pelo carinho que você me dedica e toda ternura que de você aflora. “Amo-te, vovó”.

Ao meu esposo, meu amor Jonatan, que sempre está ao meu lado, me apoiando, me dando força e que sempre está presente nos momentos tristes e felizes da minha vida. Você que sempre me compreende, que me dá muito carinho, é a pessoa com quem eu sei que posso contar sempre que for preciso. “Amo-te muito”.

Aos meus cunhados, Paulo e Pedro, pessoas por quem sinto muito carinho, cujo apoio e torcida foram fundamentais para o meu sucesso.

À Maria Cristina, Taíse, Monize, colegas de Faculdade, pessoas maravilhosas, com quem posso contar sempre, adorei ter conhecido vocês. Não se esquecendo de Rafaela, uma pessoa amiga, em quem posso confiar sempre. Pessoa que sempre me ajuda e com quem troco bastantes informações. Fizemos parte dos mesmos grupos de atividades e não é por acaso que estamos juntas para a apresentação do TCC.

Aos queridos professores, em cada professor um mestre. Em cada mestre um Universo. Talvez, saber ensinar seja mais difícil que conseguir aprender. Obrigada, professores, por dedicar seu tempo e sua sabedoria para que minha formação fosse um aprendizado de vida. Em especial a Rodrigo Mendonça Salgado (Orientador de TCC), Lenalda (Coordenadora do Curso) e ao querido professor José Roberto.

“Agradeço muito a vocês, pois além de termos uma relação de aluna e professores, construímos um laço de amizade”.

ANDREZA ANDRADE SANTOS

Dedico a Deus, a meus pais Jorge Luiz Andrade Lima e Célia Regina Santos Lima, a minhas irmãs Alline Beatriz Andrade Santos e Andreza Andrade Santos, a meu noivo Paulo Diêgo Silva Santos, aos meus sobrinhos Luiz Gabriel Nunes Santos e Emily Andrade de Souza.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo Dom da vida, por me dar forças, por me abençoar e por guiar meus passos sempre. Te agradeço Senhor!

Aos meus pais Jorge Luiz e Célia Regina, pelo carinho, amor, dedicação e principalmente pelo incentivo aos estudos, se não fosse vocês eu não teria conseguido chegar até aqui. Vocês são as minhas riquezas, o meu chão, os melhores pais do mundo, e podem ter certeza que todas as vitórias conquistadas serão dedicadas a vocês! Afinal, vocês são as minhas pedras preciosas, a minha base, as pessoas a quem eu devo tudo. Amo Muito Vocês!

Aos meus avós Floraci (in memorian), Francisco (in memorian), Mario (in memorian), a meu tio Edílson (in memorian) e a minha tia Cacilda (in memorian), sei que vocês sempre torceram pela minha felicidade e independente onde estejam sei que estão felizes por mais uma vitória conquistada, pois as estrelas brilham e sinto a cada dia chuvas de bênçãos caindo sobre mim. A minha vovó Beatriz, mulher batalhadora, de guerra, de luta, pessoa a que me admira muito. Vovó cheguei a mais uma etapa do meu sucesso e da minha felicidade, e essa vitória eu também dedico a você! Amo Todos Vocês!

Minhas irmãs Alline Beatriz e Andreza, pelo companheirismo, pela força e pela torcida que sempre tiveram por mim, vocês são muito importantes na minha vida, as melhores irmãs do mundo. Amo vocês! Aos meus pequenos, Luiz Gabriel, que o anjo Gabriel possa te iluminar, mamãe peta Te Ama Muito e Emilly minha princesinha que o menino Jesus te abençoe, obrigada amores pelo sorriso a cada manhã ao acordar, pela alegria e em especial pelo amor. Vocês são muito especiais em minha vida. Titia Ama Muitos Vocês!

Agradeço também aos meus cunhados Pedro e Jonathan pela torcida e por fazerem parte da minha vida! Muito obrigada!

Ao meu noivo Paulo Diêgo, peço desculpas nos momentos em que eu não pude me fazer presente, ou até mesmo nos momentos em que tive que conciliar Namoro/Faculdade. Só tenho a te agradecer, pois você amor é uma pessoa maravilhosa e ao seu lado eu pude me sentir mais corajosa e amada. Você é essencial em minha vida. Eu Te Amo Muito!

As minhas amigas Maria Cristina, Monize e Taíse, vocês foram pessoas fundamentais em minha vida, pois cada uma de vocês tinha sempre alguma coisa a me oferecer, sendo assim, eu jamais me esquecerei de vocês. Amo Vocês Demais!

A minha amiga Rafaela Freitas, pela amizade, pelo companheirismo e pela troca de informações que sempre tivemos. Você é uma amiga muito especial. Sempre estávamos juntas, afinal sempre fazíamos parte dos mesmos grupos, e até no TCC estávamos lá firmes e fortes. Te Adoro!

Agradeço também a meu Professor Orientador Rodrigo Mendonça Salgado, pela paciência, apoio, pelo ensino, enfim por poder contribuir com o meu aprendizado, você foi muito importante nesse caminho da minha jornada. Muito Obrigada!

Não podendo deixar de agradecer também a Coordenadora Lenalda Vieira, ao professor José Roberto e a todos os professores, pela força e pela torcida, afinal vocês dedicaram três anos e meio de suas vidas, com o objetivo de fazer não só a mim mais a todos os meus colegas pessoas melhores e profissionais capacitados. O meu muito obrigado. Obrigada a todos que direta ou indiretamente torceram pela minha vitória!

AYRES ANDRADE SANTOS

Dedico a Deus, a meus pais José Rinaldo da Silva Feitosa e Selma Lopes Freitas Feitosa, meus irmãos Lanna Freitas Feitosa e Selton Freitas Feitosa e a meu noivo Jefferson de Oliveira Santos que me ajudaram muito nessa trajetória. Muito obrigada por tudo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por tudo que me deu durante minha vida e por me ajudar nesta caminhada. Por nunca ter esquecido de mim, principalmente nos momentos de dificuldade, estando presente em cada sonho realizado e cada barreira ultrapassada. Obrigada por tudo SENHOR!

Agradeço também aos meus pais José Rinaldo da Silva Feitosa e Selma Lopes Freitas Feitosa por me proporcionarem a oportunidade de estar na faculdade e por tudo que já fizeram por mim até hoje, pelo apoio, pela compreensão e pelo amor.

Muito obrigada aos meus irmãos Selton Freitas Feitosa que mesmo uma criança me ajudou de alguma forma, a Lanna Freitas Feitosa que me acompanhou todos esses anos em todas as fases da minha vida e obrigada também a toda minha família.

Agradeço muito e de coração ao meu noivo Jefferson de Oliveira Santos, pelo apoio incondicional, por está presente em minha vida nos momentos bons e nos ruins, me consolando, me dando força, me encorajando e me amando muito. Te amo!

Aos meus amigos que sempre estiveram presentes em todos os momentos da minha vida. A Ayres Andrade Santos, Andreza Andrade Santos e Cristina Lisboa de Oliveira por todo o apoio nesses anos de faculdade e pela amizade que construímos. Agradeço a Anderson Veiga, Juliana Vieira dos Santos, Monizy Aragão, Maria José, a Milenna Henrique dos Santos por me apoiar e ser minha amiga durante todos esses anos e a todos os outros amigos que me apoiaram e contribuíram para meu crescimento.

A todos os professores que fizeram parte da minha história, auxiliando no processo de construção da minha formação profissional, transmitindo todos seus conhecimentos para que um dia eu alcançasse este momento de realização. Obrigada a todos!

Amo todos vocês!

RAFAELA FREITAS FEITOSA

Nunca deixe que lhe digam que não vale a pena acreditar nos sonhos que se têm ou que os seus planos nunca vão dar certo ou que você nunca vai ser alguém...

Renato Russo

RESUMO

O presente estudo tem como principal foco analisar o contexto da inserção da terceira idade no trabalho informal do município de Propriá/SE, considerando os vários aspectos dessa temática que abordará quais as causas que levam ao trabalho informal na terceira idade, assim como quais as atividades desenvolvidas pelos idosos no trabalho informal. Será destacada nesta pesquisa a importância deste trabalho para as pessoas da terceira idade, analisando todas as nuances desse tema. Nota-se que as pessoas da terceira idade se caracterizam por ter 60 anos ou mais, sendo estes possuidores de direitos previstos na Constituição Federal e no Estatuto do Idoso, onde cada vez mais crescem as preocupações com este segmento, buscando a efetivação dos seus direitos e participação dos idosos na vida em sociedade, assim como a promoção de sua autonomia. Assim, será analisada também a questão trabalho, que pode ser entendida de diversas formas, possuindo vários significados que se modificaram com o tempo, percebido desde forma de tortura e dor até meio de sobrevivência e realização do homem, tornando-se o sistema capitalista nessa relação de trabalho um modo de exclusão das pessoas da terceira idade no âmbito social e no âmbito do trabalho. Outro fator a ser bastante discutido se volta para o fato de que a inserção das pessoas da terceira idade no mercado de trabalho informal se dá através dos baixos índices de escolaridade que leva na sua grande maioria às aposentadorias insuficientes para manter sua sobrevivência, levando assim a busca a este ramo do trabalho. Deste modo, esta pesquisa terá grande relevância no sentido de contribuir para o esclarecimento das questões que envolvem as pessoas da terceira idade no mercado de trabalho informal.

PALAVRAS-CHAVES: Terceira Idade; Trabalho; Mercado Informal.

ABSTRACT

The present study is mainly focused on analyzing the context of the insertion of the elderly in informal work in the city of Propria / SE, considering the various aspects of this theme which will address the causes that lead to informal work in old age, as well as what activities developed by the elderly in informal work. This research will be highlighted the importance of this work for the elderly, examining all the nuances of this issue. It is noted that the elderly are characterized by having 60 years or more, and these holders of pre-viewed in the Federal Constitution and the Statute of the Elderly, where increasingly there are growing concerns with this sector, seeking the enforcement of their rights and participation of older persons in society, as well as the promotion of their autonomy. This will also analyzed working point, which can be read in various forms, having different meanings which have changed over time, as perceived from torture and pain by means of survival and realization of man, becoming the capital system that a working relationship so the exclusion of the elderly in the social sphere and scope of work. Another factor to be discussed in turn to the fact that the inclusion of elderly people in the informal labor market is through the low levels of education that leads mostly to retirement insufficient to sustain their survival, thus leading to search this branch of work. Thus, research has great relevance is to contribute to the clarification of issues involving the elderly people in the informal labor market.

KEY WORDS: Seniors, Work, Informal Market.

SIGLAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	19
2 TERCEIRA IDADE: CONCEITO E CONSIDERAÇÕES.....	22
2.1 - Direitos do idoso.....	23
2.2 – Lazer e família: aspectos importantes para a Terceira Idade.....	30
3 PROCESSO HISTÓRICO DO TRABALHO E MERCADO DE TRABALHO INFORMAL.....	34
3.1 - Significação e Histórico do Trabalho Informal.....	38
3.2 - Aspectos do trabalho informal.....	41
3.2.1 Escolaridade e inserção no setor informal.....	44
4 A TERCEIRA IDADE E O TRABALHO INFORMAL NO MUNICÍPIO DE PROPRIÁ/SE.....	46
4.1 A inserção do idoso no ramo da informalidade.....	48
4.2 Análise das causas, importância e aspectos gerais das pessoas da Terceira Idade no trabalho informal no Município de Propriá/SE.....	51
4.3 O Serviço Social e a Terceira Idade.....	54
5 CONCLUSÃO.....	57

REFERÊNCIAS.....	59
-------------------------	-----------

ANEXOS

INTRODUÇÃO

Sabe-se que as pessoas da terceira idade são definidas segundo o Estatuto do Idoso (2009, p. 7) “às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos”, sendo esta uma fase importante da vida, que sofre várias transformações, tanto físicas ou psíquicas. Nota-se que o cenário brasileiro está se modificando, pois antes a população possuía um grande número de crianças e adolescentes, mas este quadro vem se transformando, e isto se deve a vários fatores, entre eles o avanço da tecnologia e a divulgação dos métodos de planejamento familiar (SARMIENTO; FILHO, 2003).

Esse aumento da longevidade das pessoas da terceira idade no Brasil se reflete na inserção dessas pessoas no mercado de trabalho, sendo este fato decorrente de diversos motivos como o não acesso a aposentadoria ou aqueles que são aposentados, mas necessitam trabalhar para complementar a sua renda.

Deste modo, o presente estudo teve como objetivo a análise da inserção da terceira idade no mercado de trabalho informal, buscando observar a importância deste trabalho para o idoso, identificando também as atividades que as pessoas da terceira idade desenvolvem no trabalho informal.

Foi utilizado o enfoque dialético, pois este promove uma base ampla para a realização da análise dos dados, permitindo o desenvolvimento de uma associação das leituras feitas com a pesquisa de campo, permitindo também responder as questões pertinentes através dessas duas fontes de pesquisa, possibilitando-nos um conhecimento aprofundado da realidade estudada através de todos os seus aspectos.

A coleta de dados partiu de entrevistas semi-estruturadas e pesquisa bibliográfica, utilizando-se também de observação sistemática, pois nos permite análise da fala dos entrevistados, onde a escolha por este tipo de pesquisa tomou-se pelo fato de se ter maiores

opções no decorrer dos estudos, tendo na entrevista semi-estruturada grande possibilidade de se desenvolver uma entrevista com mais dinamismo. Com a pesquisa bibliográfica torna possível a obtenção de um arcabouço teórico que dará ênfase as questões percebidas na pesquisa, e por fim a escolha da observação sistemática se deu por ela permitir descobrir fatos além dos expostos durante a entrevista. A análise de dados foi realizada através da análise da fala e conteúdo já que os dados serão obtidos através de entrevistas e pesquisas bibliográficas. O universo da pesquisa foram as pessoas da terceira idade que trabalham no município de Propriá-SE, sendo a amostra 10 idosos atuantes no setor informal do município.

O trabalho intitulado *A Terceira Idade e o Mercado de Trabalho: considerações sobre a inserção da terceira idade no mercado de trabalho informal do município de Propriá/SE*, foi dividido em quatro etapas, sendo a primeira uma introdução esboçando o conteúdo da pesquisa, transmitindo uma análise da temática abordada.

O primeiro capítulo que aborda a Terceira Idade: conceito e considerações, obtendo como conteúdo o Conceito e aumento da Terceira Idade, fato este que ocorre nos dias atuais em todo mundo, tornando-se de suma importância sua análise para a compreensão dos acontecimentos que ocorrem com as pessoas da terceira idade, trazendo também os Direitos do idoso e considerações sobre Lazer e família: aspectos importantes para a Terceira Idade.

No segundo capítulo ressalta-se a definição do trabalho e mercado de trabalho informal, tendo como foco o exame das nuances desta temática, trazendo assim o processo histórico do trabalho, a significação e histórico do trabalho informal, os aspectos do trabalho informal que por sua vez discute a informalidade, seus conceitos, a escolaridade e inserção no setor informal.

No terceiro e último capítulo aborda-se a temática através de pesquisa realizada em campo com as pessoas da terceira idade atuantes no mercado de trabalho informal, sendo apresentado o histórico do Município de Propriá, discutindo a inserção do idoso no ramo da

informalidade, assim como, a análise das causas, importância e aspectos gerais das pessoas da terceira idade no trabalho informal no Município de Propriá/SE e o Serviço Social e a Terceira Idade.

Por fim, conclui-se a presente pesquisa com considerações que terão por objetivo a finalização dos dados apresentados acerca da temática, visando o alcance das finalidades propostas e a contribuição para o esclarecimento do tema à sociedade, pois é de grande importância auxiliar na compreensão da população sobre o trabalho realizado pelas pessoas da Terceira Idade.

Assim, fica aqui exposto que para o Serviço Social esta pesquisa torna-se importante no sentido de contribuir para produção de novos conhecimentos neste segmento, fazendo-se necessário que existam bases para que o profissional da área tenha meios de realizar uma melhor análise desta temática.

2 Terceira Idade: conceito e considerações

A velhice é um processo natural para todos os seres humanos e a expectativa de vida de uma pessoa muda de acordo com o tempo. Essa expectativa aumenta a cada ano, deste modo caracteriza-se a pessoa idosa segundo o Estatuto do Idoso diz que “Art. 1º É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos” (ESTATUTO DO IDOSO, 2009, p.7).

Sabe-se que a população idosa vem passando por um grande aumento no mundo, e essa realidade não é diferente no Brasil ocorrendo de maneira bastante rápida, pois a cada ano surgem mais idosos. Assim, o Brasil está mudando, antes tínhamos em nossa população um grande número de crianças e adolescentes, mas esse quadro está se transformando, sendo estes atualmente 15 milhões de brasileiros, o que significa uma média de 8,6% da população total, tendo uma previsão de 30 milhões de idosos daqui a 20 anos, obtendo cerca de 13% da população do Brasil (IBGE, 2010).

Mas por que essa mudança está ocorrendo no Brasil? Analisando a sociedade atual percebemos que estão nascendo menos crianças que antigamente, pois as famílias estão tendo menos filhos. Outro aspecto que se reflete no fato da população idosa está aumentando é que parte da população saiu do campo para a cidade, onde supostamente oferece melhores condições de sobrevivência. Além desses pontos pertinentes, se nota que o processo de aumento da terceira idade se dá também pela ocorrência de que existe uma intensa divulgação dos métodos de planejamento familiar, tornando evidente a diminuição da natalidade do país (SARMIENTO; FILHO, 2003).

Este processo acelerado com que está ocorrendo o envelhecimento no país traz preocupações com relação às dificuldades que essa parcela da população enfrenta, e isso se

reflete tanto no sentido de problemas oriundos de desigualdades sociais, quanto no que se refere à ineficiência das políticas públicas direcionadas aos idosos.

Deste modo, as pessoas da terceira idade em sua grande maioria estão envelhecendo sem qualidade de vida e sofre com diversos problemas sociais, dentre eles a violência, aposentadorias baixas, preconceito e falta de oportunidades no mercado de trabalho.

Nesse contexto observa-se a naturalização da velhice, diante disto:

Ao envelhecer e se tornar fraco, o velho se torna susceptível a doença. Por isso a correlação da velhice com a doença – se não existe velho forte, conseqüentemente ele será doente porque está fraco, sem forças para lutar. Só luta quem é forte, essa é uma qualidade que o velho não possui, a velhice enfraquece e abre as portas para a doença. Dessa forma, a doença está naturalizada na velhice. Não há estranhamento (CRUZ; FERREIRA, 2011, p. 147).

Assim, torna-se necessário entender a velhice como princípio natural onde o ser humano, depois de variadas fases da vida, encontra-se frente a diversas adversidades para permanecer saudável e capaz de realizar atividades díspares e cotidianas. Envelhecer e seus multifacetados entendimentos e compreensões depende especificamente de variados contextos de vida.

2.1 Direitos dos Idosos

Sabe-se que existe um conjunto de leis que garantem as pessoas seus direitos, estas leis são denominadas de Direitos Humanos, sendo este um direito de todos sem exceção, seja qual for o motivo: raça, religião, idade, etc.

As pessoas são possuidoras desses direitos pelo fato de obterem necessidades físicas, sentimentais e tantas outras que fazem parte da vida humana, podendo reclamar a execução dos mesmos para os seus governantes, como também para a sociedade (DALLARI, 2004).

Os Direitos Humanos podem ser observados na Constituição Federal e no que se refere as pessoas da terceira idade estão presentes no Estatuto do Idoso. Vive-se no momento atual do Brasil o Estado de democracia, tendo o Estado o dever de executar políticas públicas que visem à melhoria da vida da população brasileira, atendendo as necessidades da mesma sem distinção de nenhum tipo:

[...] todos os indivíduos tem direitos fundamentais pelo simples fato de serem humanos, em qualquer lugar em que estejam, independentemente das condições materiais em que vivam, de sua classe social, religião ou patrimônio. Tais direitos são inalienáveis, porque concebidos como decorrentes da natureza humana, a ela imanentes [...] (SIMÕES, 2009, p. 78).

As políticas públicas são conjunto de ações que tem o objetivo de proporcionar aos cidadãos condições mais dignas nos vários aspectos da sua vida. Esse conjunto de ações são diversas vezes criados e executados mediante reivindicações da população que procura solucionar as problemáticas vivenciadas por eles.

De acordo com Berzins (2008), tomando como exemplo de política pública que foi fruto de reivindicação popular tem-se a política do idoso ou Estatuto do Idoso que se tornou efetiva após luta da sociedade. O Estatuto do Idoso é um símbolo forte da conquista das pessoas da terceira idade e em seu contexto o Estatuto traz diversas leis que resguardam os direitos dos idosos.

O quadro atual da sociedade brasileira remete-se ao fato de que os direitos da pessoa idosa garantidos por lei através do Estatuto do Idoso não estão sendo efetivados em sua maioria, pois grande parte dos idosos convivem com dificuldades em vários segmentos de sua

vida; nota-se que as leis que poderiam lhes garantir tranquilidade e segurança não estão sendo cumpridas com êxito, como se observa no trecho a seguir:

A garantia e o acesso aos direitos de aposentadoria, saúde, escolarização e lazer precisam ser discutidos e efetivados com participação dos próprios idosos, que, na maioria, estão alheios à participação na esfera pública e se recolhe a vida privada (FALEIROS, 2007, p. 166).

Diante disto, dentre os direitos observados no Estatuto do Idoso (2009, p.7) ressalta-se primeiramente o Art. 3º que exprimi a obrigação da família, comunidade e Poder Público assegurar ao idoso a efetivação dos seus direitos. Pode-se notar que no Brasil geralmente os cuidados com a Terceira Idade se vincula ao ambiente familiar, mas isso não exclui a responsabilidade dos demais de garantir os direitos dos mesmos.

Quando se observa a velhice do contexto e ponto de vista do idoso, o ato de envelhecer requer adaptações e uma preparação para a proximidade da morte, onde os vínculos serão dissipados e toda a construção subjetiva da vida, dará lugar ao pessimismo da individualidade, que caracteriza a morte, tornando a convivência do idoso uma experiência muitas vezes marcadas por desentendimentos, onde cabe aos membros de sua família, comunidade e Estado compreenderem esta fase da vida. (CRUZ; FERREIRA, 2011).

Quanto ao direito ao trabalho o Estatuto do Idoso define no Art. 26 e Art. 27 (Estatuto do Idoso, 2009, pag.16) que as pessoas da Terceira Idade devem ter suas condições respeitadas e que não pode haver nenhum tipo de discriminação quanto à idade, mas o que de fato ocorre no Brasil é a discriminação mascarada, pois em sua maioria os idosos que buscam emprego têm suas oportunidades negadas por sua idade avançada e ouvem respostas que camuflam essa discriminação.

Deste modo, a compreensão da velhice como um período da vida, onde toda a experiência de vida está condensada e pronta para ser repassada, foge completamente ao

estereótipo forjado na dinâmica concorrencial do capitalismo, que exige produtividade em escala que acreditam os idosos não conseguem acompanhar e por esse motivo os delegam ao esquecimento dos asilos e das aposentadorias precoces, motivando de variadas formas o preconceito para com os idosos, em todas as áreas e atividades laborais, nota-se assim que,

[...] a discriminação dos idosos, quando ocorre será um evento superveniente à discriminação por critérios econômicos. Desde muito cedo, no curso da vida das coortes atualmente idosas, houve uma combinação perversa da exclusão por renda, escolaridade e condições de trabalho, no começo no âmbito das famílias de origem, depois na vida dos indivíduos, criando-se um círculo vicioso de más condições sociais com tendência a autoperpetuação na vida dos vários grupos a elas exposto [...] (SANTOS; LOPES; NERI, A. 2007, p. 78).

Portanto, a aposentadoria ou a sensação de que não consegue produzir como na juventude, determinará também no idoso dúvidas quanto ao seu futuro, daí partem a alegação da sociedade que visa somente o capital de que essa pessoa não conseguirá produzir e acompanhar essa dinâmica, excluindo-o de todo o tecido social e econômico dessa sociedade.

Com relação aos direitos à Saúde e Assistência Social que estão previstos nos Art. 15 e Art. 33 (Estatuto do Idoso, 2009, p. 12, p.19) respectivamente, observa-se quanto à saúde uma prestação de serviços igualitário e que promova a saúde dos idosos, porém as políticas públicas brasileiras direcionadas à saúde se executam de maneira precária, este quadro reflete-se no mau atendimento da população, na falta de médicos, remédios e equipamentos para a promoção da saúde e qualidade de vida das pessoas e esse cenário não se torna diferente com os idosos. É notório e comprovadamente verdade, que com o advento da velhice a propensão para o desenvolvimento de doenças características dessa fase ou mesmo sintomas que acompanham essa fase, muitas vezes são originários de uma vida na juventude desregrada ou em condições de extrema pobreza e sem nenhuma qualidade, o que corrobora para uma velhice problemática (VENTURI; BOKANY. 2007).

No que diz respeito à Assistência Social ela deve ser articulada com o SUS (Sistema Único de Saúde) e a LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) para atender de forma efetiva os idosos, entretanto existem dificuldades em se conseguir os benefícios que lhes são de direitos, muitas vezes a falta de preparo dos profissionais que atendem aos usuários, a falta de estrutura dos locais de atendimento, a eficiência do sistema, a falta de interdisciplinaridade entre as redes, dentre tantos outros motivos prejudicam o acesso das pessoas da Terceira Idade aos direitos (FALEIROS, 2007).

Ainda assim existem outros direito previsto no Estatuto que referi-se a não discriminação do idoso, segundo o Estatuto do Idoso Art. 4º é estabelecido que:

Nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido a forma da lei (Estatuto do Idoso, 2009, p. 9).

Mas, de modo geral a sociedade obtém a visão de que as experiências dos idosos não têm grande importância, onde seus valores e pontos de vista são dispensados, fazendo com que eles se sintam marginalizados na família e na comunidade.

O motivo para o qual a população da terceira idade é excluída no Brasil tem suas causas nos fatores de discriminação assim como o caráter econômico, pois durante a vida, sua remuneração profissional é inadequada e quando chega o momento da aposentadoria ocorrem inseguranças com relação ao futuro (SANTOS; LOPES; NERI, A. 2007).

Segundo Neri, A. (2007), outro ponto a se observar é a discriminação que as pessoas da Terceira Idade sofrem dos jovens, sendo este um dos fatores que compõe os aspectos considerados negativos de se ter 60 anos ou mais. Há algumas décadas atrás o respeito perante as pessoas mais velhas era notável, hoje o que se vê é grande parcela da população discriminar de forma vexatória esse segmento da população.

A exclusão produzida por atitudes, preconceitos e estereótipos limita o acesso dos idosos aos recursos sociais e lhes acarreta isolamento, senso de inferioridade, baixo senso auto-eficácia e incompetência comportamental. Sociedades que excluem seus idosos oferecem poucas oportunidades às novas gerações de constituir relações saudáveis com a própria velhice e prejudicam a continuidade cultural (NERI, A. 2007, p. 44).

Portanto, existem as mais variadas dificuldades que as pessoas da Terceira Idade passam durante o processo de envelhecimento, elas vão desde problemas biológicos, onde o corpo sofre com as transformações do tempo, com as doenças e com as condições de vida, todavia os obstáculos que a sociedade impõe na maioria das vezes são mais severos do que qualquer outro. A visão que se tem com relação à velhice tende a ser negativa, o tratamento oferecido as pessoas da Terceira Idade desvaloriza o papel dela perante a sociedade e toda contribuição produzida durante sua vida.

Segundo pesquisa realizada com idosos e não idosos pela Fundação Perseu Abramo que contou com a parceria do Serviço Social do Comércio de São Paulo (SESC) e o Serviço Social do Comércio Nacional:

A percepção da chegada da velhice mostrou-se associada principalmente a aspectos negativos, tanto entre os idosos (88%) como entre os não idosos (90%). As doenças ou debilidades físicas são, para a maioria, o principal sinal de que a velhice chegou (opinião espontânea de 62% dos não idosos e de 58% dos idosos). O desânimo, a perda de vontade de viver, também é fortemente percebido como sinal de que se ficou idoso (citado por 35% dos idosos e por 28% dos não idosos) e ainda a dependência física, apontada como sinal de velhice por pouco mais de um quarto de ambos os segmentos (VENTURE; BOKANY, 2007, p.25).

Assim, o processo de envelhecimento muitas vezes é visto como um problema e não como resultado da evolução humana no sentido do crescimento populacional da pessoa idosa. Esse fato requer uma modificação no modo errôneo como a sociedade vê e trata os idosos, necessitado da iniciativa de todos para que as pessoas da terceira idade possam ter dignidade e

todos os seus direitos efetivados, assim, essa visão pode e deve ser transformada, devendo-se considerar as vivências e experiências, que nunca devem ser desperdiçadas, pois, é nos idosos que temos a história de toda uma cultura e de todo um povo, sendo isto de suma importância para as gerações futuras.

Conforme Alves (2007), a sociedade e a família necessitam rever seus conceitos quanto à velhice, pois nossa população envelhece a cada ano, aumentando também os que envelhecem com qualidade de vida e saúde, prontos para continuarem no mercado de trabalho facilitado pelo uso da tecnologia, que em muitos casos, dispensam o uso da força, buscando no intelecto e na experiência competitividade, abrindo novos espaços, onde o idoso poderá continuar produzindo.

Nota-se que o idoso é comumente excluído na sociedade, predomina-se na cultura brasileira a percepção de que as pessoas da Terceira Idade não possuem aptidão para exercerem as atividades do cotidiano, como trabalhar, executar as atividades de casa, entre outras faz prevalecer à exclusão social perante os idosos.

A exclusão social com os idosos oriunda da discriminação não tem suas raízes apenas na questão da faixa - etária, verificam-se também causas decorrentes da condição econômica, já que alguns idosos não possuem meios para manter seu sustento, decorre também das doenças físicas e psíquicas, pois grande parcela dos idosos tem doenças em consequência da idade, e da dependência dos mesmos (SANTOS; LOPES; NERI, 2007).

Assim, sobre as leis e o Estatuto dos idosos, nota-se que.

[...] O Estado falha ao negligenciar a divulgação sobre seu conteúdo para ampla parcela de idosos brasileiros. Essa parcela se constitui na mais pobre e menos escolarizada e, portanto, a mais excluída dos direitos sociais e civis garantidos por essa lei [...] (SIQUEIRA, 2007, p. 213).

Portanto, se evidencia que ser cidadão na Terceira Idade remete em grande parte as diversas dificuldades que são lhe impostas, onde muitas vezes os seus direitos e o

tratamento que deveria ser oferecido aos idosos vinculam-se apenas as leis e cumprimentos que deveriam ser realizados, mas que de fato não são efetivados.

As mudanças nos conceitos devem propor alterações na sociedade capitalista, que não vislumbram produção na velhice, pois é urgente essa defesa pelo envelhecer com qualidade de vida, para que as perdas sejam menores, e que se possa ser útil à sociedade, sem ser discriminado ou excluído do processo (CRUZ; FERREIRA, 2011).

Deste modo, nota-se também a necessidade da participação tanto da sociedade civil quanto do poder público que deve fiscalizar e executar de maneira adequada as Leis do Estatuto do Idoso e todas que direcionem assegurar os direitos dos mesmos.

2.2 Lazer e Família: aspectos importantes para a terceira idade

O lazer é uma necessidade de todas as pessoas, independente de sua idade, se tornando mais importante para a população idosa, já que sua maioria dispõe de tempo para exercer atividades de recreação.

Segundo Doll (2007), ele aponta alguns dados referente a questão do Idoso a citar que muitas vezes e principalmente há algumas décadas atrás o tempo que se tinha para recreação era considerado algo que iria de encontro com o trabalho, com a responsabilidade que se tinha como cidadão, mas com a Revolução Industrial, a diminuição da jornada de trabalho, o direito as férias e a aposentadoria essa ideia foi se modificando, as pessoas passaram a perceber esse tempo destinado ao descanso como algo essencial, que resultava em melhores condições de trabalho, qualidade de vida e meio para se fazer outras atividades no seu cotidiano.

Esse tempo que foi conquistado e destinado a descanso e melhoria na qualidade de vida torna-se maior e de suma importância para as pessoas da Terceira Idade, pois ele

destina-se a usufruir dos benefícios do seu trabalho de anos. Mas nem todos os idosos usam esse tempo para o descanso, muitos continuam a trabalhar mesmo depois de aposentados ou após um tempo voltam ao mercado de trabalho, seja ele formal ou informal.

Segundo pesquisa realizada pelo SESC e pela Fundação Perseu Abramo apontada no livro *Idosos no Brasil* algumas vivências, desafios e expectativas que fazem parte da particularidade da Terceira Idade, diante deste processo ele afirma que “as atividades realizadas pelos idosos dentro de casa são: ver televisão (93%), ouvir rádio (80%), cuidar de plantas (63%), leitura (52%), cuidar de animais (43%), cantar (23%), jogos (19%), bordado/tricô (16%), palavras-cruzadas (13%) e ir a baile ou dançar (12%)”, (DOLL, 2007, p.112).

Deste modo, existem várias formas de se desfrutar do lazer na Terceira Idade, pois além das que já foram mencionadas acima observa-se diversas atividades que os idosos podem realizar para preencherem esse tempo como atividades físicas, participação em Grupos de Idosos, entre outras.

Volta assim a ser considerável explicitar o valor que se tem o tempo de descanso e lazer para as pessoas da Terceira Idade, pois com a manutenção de sua qualidade de vida, disposição para exercícios físicos e atividades do cotidiano o idoso obtêm mais saúde e disposição em sua vida.

No que refere-se às pessoas da terceira idade no âmbito familiar nota-se que quando se relaciona a historicidade da família como contexto para o desenvolvimento do indivíduo até os seus últimos dias, fica evidente a progressiva perda de valor do idoso nesses contextos relacionais, onde o individualismo dos membros, sente-se ameaçado pela conjuntura de união e fraternidade, que os idosos buscam manter nesses relacionamentos. Nesses novos contextos da família moderna, que busca no cotidiano sobreviver assumindo variados papéis nessa dinâmica, a criação dos filhos passa a figurar como algo bastante racional e objetivo, perdendo espaço para os reais prazeres da vida em família. Os idosos

enquanto avós proporcionam essas emoções e contextos com as subjetividades da vida e das experiências compartilhadas (ALVES, 2007, p. 125).

O ambiente familiar pode determinar as características e o comportamento do idoso. Assim, na família suficientemente sadia, onde se predomina uma atmosfera saudável e harmoniosa entre as pessoas, possibilita o crescimento de todos, incluindo o idoso, pois todos possuem funções, papéis, lugares e posições e as diferenças de cada um são respeitadas e levadas em consideração. Em famílias onde há desarmonia, falta de respeito e não reconhecimento de limites, o relacionamento é carregado de frustrações, com indivíduos deprimidos e agressivos. Essas características promovem retrocesso na vida das pessoas [...] (MENDES, M. et al. 2005, p.425).

Deste modo, as famílias brasileiras que possuem idosos no seu contexto, convivem com sensações subjetivas que são aproveitadas por todos, porém toda a expectativa de vida dos idosos, não garante convívio pacífico com demais membros da família, em muitos casos o isolacionismo permeia a vida do idoso, motivados por diversos fatores, por não conseguirem entender as modernidades que quebrou ou rompeu com valores educacionais e de respeito que não são aceitos pelos idosos, rompendo assim laços que deveriam sustentar as relações de família, com carinho amor, e compreensão.

Também conforme Alves (2007) é fato que no Brasil muitas famílias são sustentadas financeiramente pelos idosos, que aposentados conseguem manter a família em torno de si, porém isso não significa que esses idosos sejam amados ou respeitados por esses membros, em muitos casos são maltratados e não conseguem uma vida qualitativamente boa. Não conseguem também serem ouvidos e por motivos distintos, sequer opinam em questões educacionais e trato com as crianças, pois, não são levados a sério.

Portanto, observa-se que na grande maioria dos idosos, que possuem uma melhor qualidade de vida, os círculos de amizade são prósperos e muitos próximos ao círculo familiar. Num panorama complexo de valores e contextos diferenciados de viver a velhice, o

idoso enfrenta no seu cotidiano diferenciadas formas de convivência em família e na sociedade, que devem adequar-se a essa nova realidade onde os idosos são importantes.

Deste modo, conclui-se que a terceira idade é uma fase da vida em que se passa por grandes transformações tanto físicas quanto psíquicas se deparando com diversas dificuldades do dia-a-dia que vão desde acesso à saúde até atividades diárias no domicílio da pessoa idosa, sofrendo muitas vezes preconceitos da sociedade.

3 Processo Histórico do Trabalho e Mercado de Trabalho Informal

Segundo Albornoz (2006), o trabalho pode ser entendido de diversas formas e possui vários significados que foram se modificando ao longo dos tempos, percebido desde forma de tortura e dor até meio de sobrevivência e realização do homem.

Este ato produzido e reproduzido pelo ser humano passou por constantes transformações sendo no seu início apenas uma forma dos homens se manterem, caçando e pescando apenas para a sua subsistência, sem a promoção de excedente, criando-se depois a agricultura e com ela o processo da economia, noção de propriedade e acumulação. Começa uma nova época de acumulação de riquezas, guerras para a conquista de comércio, passando a existir comerciantes possuidores de melhores condições financeiras que empregavam trabalhadores, na qual a diferença nos padrões econômicos gerou as classes sociais. Com o passar dos anos ocorreram diversas descobertas tecnológicas, invenção das máquinas a vapor, descoberta de novas terras trazendo modificações para o trabalho e trabalhadores (ALBORNOZ, 2006).

A história social do homem tem evidenciado que, sob qualquer modo de produção, o trabalho se traduz na expressão concreta de sua inserção no processo de desenvolvimento da sociedade e, portanto, em um indicador de sua participação social. O trabalho, portanto, ao longo da história, se constitui na referência de construção da identidade e sociabilidade humanas (D'ALENCAR; CAMPOS, 2006, p. 1).

Deste modo, após todos esses acontecimentos o que se verifica é que o trabalho hoje desenvolve-se na dinâmica da indústria e do capitalismo, gerando a ida das pessoas da zona rural para as grandes cidades.

Dentro deste contexto vale ressaltar que:

[...] todo trabalho produtivo é assalariado, mas a recíproca não é verdadeira, pois nem todo trabalhador assalariado é produtivo, uma noção contemporânea de classe trabalhadora deve incorporar a totalidade dos trabalhadores assalariados. Por isso, a caracterização da classe trabalhadora hoje deve ser, em nosso entendimento, mais abrangente do que a noção que o restringe exclusivamente ao trabalho industrial, ao proletariado industrial ou ainda à versão que restringe o trabalho produtivo exclusivamente ao universo fabril [...] (ANTUNES, 2005, p.111).

Assim, o trabalho em suas mais variadas facetas mostra-se produtivo e não produtivo, e não deve ser vinculado apenas a trabalhadores que exercem suas funções no âmbito industrial, mas sim a outras formas de trabalho que surgem no mundo moderno.

Portanto, sabe-se que o trabalho nas últimas décadas vem sendo debatido como as transformações econômicas e políticas. A relação capital- trabalho gerou e gera conflitos até hoje, por causa da competitividade internacional. O trabalho assalariado no início do capitalismo gerou conflitos com a classe trabalhista, pois se achava que era apenas uma mudança do trabalho escravo para o assalariado, já que os empresários empregavam mais pessoas estrangeiras (LIMA, 2011).

Ainda conforme Lima (2011), a revolução operária obteve conquistas sociais democráticas na busca de direitos iguais para todos e a luta das classes assumiu diferentes características e mudanças sociais, já que o conceito de trabalho foi e é instrumento fundamental na organização da vida social. Na década de 1930 no Governo Getúlio Vargas houve uma expectativa de direitos sociais que predomina na sociedade brasileira até hoje. O Brasil é um dos campeões mundiais da desigualdade social, este fato gerou a pobreza, pois apesar dos governantes divulgarem que a redistribuição foi capaz de diminuir a pauperização, isso não se efetivou. A ideia de que a imigração não seria substituição de escravos, os proprietários dos cafés organizaram a vinda dos imigrantes como escravos, nesse período surgiram muitas fábricas em diversas regiões.

Conforme Albornoz (2006) observa-se que o trabalho nas indústrias gera a divisão local que se desenvolve o trabalho e o local de moradia, pois antes os dois eram realizados no mesmo âmbito. Assim, o trabalhador também passa por um processo de alienação, pois ele não possui o domínio sobre os meios de produção, que quando comparado ao trabalho desenvolvido artesanalmente com o trabalho industrializado nota-se que o homem perdeu sua autonomia se submetendo ao capitalismo.

No que refere-se ao trabalho alienado dentro deste contexto nota-se que:

Na medida em que o trabalho alienado rebaixa a simples meio a livre atividade do homem, ele troca a vida específica deste num meio de sua existência física. De modo que o trabalho em tal condição não só aliena o homem de seu próprio corpo, mas também e seu ser espiritual, de seu ser humano [...] (ASTRADA, 1968, p. 39).

Assim, quando observam-se os contextos trabalhistas na sociedade capitalista, também se vislumbra um contexto de dominação que consegue alienar o indivíduo que busca no trabalho, é nesse cenário que o indivíduo não consegue livrar-se, pois, encontra-se preso pela dinâmica alienante do capital.

Na dinâmica da sociedade as categorias que diferenciam as diversas classes sociais ficam mais evidenciadas com base no quadro econômico diferenciado pelas posses que cada indivíduo consegue obter. Este acúmulo de bens é proporcional também, a qualidade do trabalho profissional que esse indivíduo realiza na sociedade. Essa íntima relação entre trabalho e acúmulo de bens é resultante da dinâmica econômica, que nasceu durante a Revolução Industrial motivando a concorrência, a livre iniciativa e o acúmulo de bens e capital (BARROCO, 2001).

De acordo com Barrêto (1998), o trabalho passou por inúmeras transformações ao longo dos tempos, sofrendo mudanças até os dias atuais. Sabe-se que nos anos 80 as modificações que ocorreram no âmbito do trabalho foram diversas, sendo uma delas a migração do modelo de produção denominado Fordismo, após a queda deste modelo de

produção industrial surge o Toyotismo, sendo este modelo mais flexível que o anterior, não havendo a antiga rigidez fordista.

[...] a realização do sonho da humanidade com o direito à preguiça chegaria quando a era moderna acabou de fazer a glorificação teórica do trabalho. O indivíduo moderno encontra dificuldade em dar sentido à sua vida se não for pelo trabalho [...] (ALBORNOZ, 2006, p. 24).

Desta maneira, o trabalho sofreu grandes mudanças no decorrer do tempo, sendo essas mudanças pertinentes até os dias de hoje. O trabalho torna-se muito importante para o ser social, pois ele permite fazer com que o indivíduo de valor e sentido a sua vida. O ser só se torna realizado quando consegue exercer alguma atividade, é dessa forma que ele vai se sentir útil perante a sociedade.

Deste modo, o trabalho é o fundamento do ser social, é ele que permite o desenvolvimento de mediações que instituem a diferencialidade do ser social em face dos outros seres da natureza. As mediações, capacidades essenciais postas em movimento através de sua atividade vital, não são dadas a ele, são conquistadas no processo histórico de sua autoconstrução pelo trabalho. São elas: a sociabilidade, a consciência, a universalidade e a liberdade (BARROCO, 2001).

O acesso ao trabalho é um dos direitos que estão previstos na Constituição Federal (1988), sendo este direito um abrangente de particularidades que perpassam por diversos aspectos, incluindo a determinação de algumas condições para que o indivíduo possa exercitar uma profissão.

No que se refere a um dos direitos trabalhistas contidos na Constituição que é o salário mínimo:

[...] a própria legislação brasileira que trata do assunto está errada, prejudicando o trabalhador, pois na fixação dos critérios para o cálculo do salário mínimo são levados em conta apenas as necessidades pessoais do trabalhador, contrariando a Constituição, que manda levar em consideração

também as necessidades das famílias dos trabalhadores (DALLARI, 2004, p. 31).

Assim, o autor direciona sua observação para o fato de que é necessária a revisão deste ponto do direito previsto em lei, pois a não atenção a este ponto equivocada da Lei pode acarretar problemas sociais para as famílias desses trabalhadores. Contudo, verifica-se que o processo histórico do trabalho sofreu e continua a passar por inúmeras mudanças, evoluindo e proporcionando melhoria para os trabalhadores.

3.1 Significação e Histórico do Trabalho Informal

No Brasil é comumente definido o trabalho informal a partir da legislação que vem a exigir que o trabalhador tenha sua carteira de trabalho, sendo ele assalariado ou não, deste modo o trabalhador informal é aquele que não contribui para a previdência social (ULYSSEA, 2006).

Mas as definições acerca do trabalho informal se constituem muito além do sentido de não se contribuir para a previdência, sendo seu conceito entendido também como resultante da concepção do que seria trabalho formal, assim segundo Noronha (2003, p. 112):

[...] O significado de “informalidade” depende sobretudo do de “formalidade” em cada país e período, e, embora isso seja evidente, as análises sobre o tema tendem a ignorar a noção contraposta da qual ela deveria, Assim, a compreensão da “informalidade” ou dos contratos atípicos depende antes de tudo da compreensão do contrato formal predominante em cada país, região, setor formal ou categoria profissional.

Desta forma, fica claro que não existe um só significado ou uma só definição quando se trata do setor informal, pois as compreensões a respeito dessa informalidade ainda são muito diferenciadas.

Segundo pesquisa realizada pelo IBGE (1997), resalta que:

“Não existe um acordo geral sobre o significado e alcance exatos deste conceito, pois a magnitude, natureza e composição do setor informal variam entre diferentes regiões e países de acordo com o nível de desenvolvimento e a estrutura de suas economias.”

Assim, fica evidenciado que as definições e compreensão com relação ao setor informal ainda são variadas, sendo modificadas de acordo com o tempo em que se contextualiza, seguindo também a direção do cenário econômico mundial (KON, 2004).

De acordo com Noronha (2003), o contexto histórico do trabalho informal se inicia no período do Governo Vargas que realizou diversas ações que resultaram diretamente no cenário do mercado de trabalho, como a implementação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o salário mínimo, entre outras que aos poucos resultaram na percepção do que seria trabalho formal e informal, sendo as relações de trabalho no âmbito urbano cada vez mais modernizadas e formalizadas. A construção do setor informal perpassa pelos anos 30, 60 e 70, onde neste ano houve um processo em que o mercado de trabalho brasileiro teve um crescimento significativo de trabalhadores informais decorrentes de mudanças no mercado de trabalho urbano, onde a expansão no setor de serviços e a contratação das indústrias resultaram em um grande índice de informalidade no mercado de trabalho.

[...] o processo simultâneo de urbanização diminuiu de modo significativo, em poucas décadas, o número de trabalhadores rurais, os quais se encontravam fundamentalmente no mercado trabalho “informal”, ou em outras relações não propriamente contratuais tradicionais. A urbanização e a industrialização ampliam também a massa de trabalhadores subempregados, mal incorporados ao mercado de trabalho (NORONHA, 2003, p. 113).

Deste modo, as pessoas que realizavam suas atividades de trabalho no campo passaram a partir da industrialização a migrarem para as cidades e este acontecimento resultou em um grande contingente de trabalhadores que não conseguiram entrar para ramo formal.

Conforme Cacciamali (2000), a informalidade tem suas origens associadas à industrialização, pois o crescimento econômico resultante no intenso acúmulo de capital gerou falta de emprego devido ao grande número de mão de obra. Kon (2004), também afirma que a informalidade no Brasil tem suas causas na industrialização que atraiu grande parte dos trabalhadores rurais para as cidades, não havendo emprego suficiente para atender a demanda por trabalho.

[...] No final dos anos 1970, a economia brasileira classificava-se entre as maiores economias do mundo capitalista. Entretanto, como já foi destacado, este crescimento não foi suficiente para absorver toda a mão-de-obra. Apesar do crescimento significativo do emprego nos setores modernos da indústria e dos serviços, provocando inclusive uma redução importante das taxas de subutilização da força de trabalho, no fim deste período havia uma grande concentração de subemprego nas áreas urbanas (THEODORO, 1998, p. 111).

Assim, nota-se que mesmo havendo um crescimento significativo da economia e do emprego, este fato não foi por si só capaz de atender a grande quantidade de trabalhadores que se deslocavam do campo para a cidade, tornado cada vez maior o número de pessoas trabalhando na informalidade.

Segundo o IBGE (1996), muitas mudanças ocorreram no país com relação ao mercado de trabalho nos anos 90, como “a abertura comercial, o ajustamento no setor privado em busca de maior competitividade, o plano de estabilização econômica e a privatização repercutiram sobre a ocupação, a desocupação e o rendimento dos indivíduos”, de forma que todos esses acontecimentos, além do avanço da tecnologia, fizeram com que o

emprego de muitos trabalhadores, e o número de pessoas sem carteira assinada aumentou significativamente.

Deste modo, o setor informal passou por transformações ao longo das décadas passadas, e hoje o cenário atual do mercado de trabalho brasileiro se mostra uma saída para a parcela da população que não se insere nos empregos formais, assim como apontam Dalbosco e Kuyumjian (1999), “o trabalho formal progressivamente vira privilégio de uma minoria, e a precarização e a informalidade condena a maioria a ocupações precárias de sobrevivência”, portanto ainda são inúmeras as pessoas que trabalham na informalidade, sendo esta classe considerada por muitos como desorganizada.

3.2 Aspectos do trabalho informal

No mundo atual, o capitalismo ocupa grande parte das ideologias socioeconômicas que regem os movimentos oscilantes dos mercados da maioria dos países desenvolvidos, a globalização determina os comportamentos da produção e retração dos mercados, dos meios de produção, empregabilidade, direitos trabalhistas e formas de produzir, porém também cria condições para o crescimento das diversas formas de informalidade e produção e trabalho marginal (FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004).

[...] o setor informal não é visto como exercendo um papel de ajuste entre oferta e demanda no mercado de trabalho, tendo em vista o excedente de mão-de-obra no mercado formal; além do mais, a renda média não consiste em fator de ajuste para todas as categorias, mas apenas para aquelas em que há facilidade de entrada, devido a baixos requisitos de capital e de qualificação [...] (KON, 2004, p. 3).

Portanto, o autor indica que o ramo da informalidade não vem regular essa relação de trabalho que se reflete em desempregos para população, e que traz como consequência a entrada das pessoas no trabalho informal, fazendo deste meio um modo de sobrevivência.

Ainda segundo Filgueiras; Druck; Amaral (2006), nesses contextos da informalidade origina-se todo tipo de exclusão social e econômica, pois, motivados por diversos fatores a informalidade cresce à margem do mundo do trabalho, gerando um grande número de desempregados, que não conseguiram acompanhar os avanços tecnológicos e se tornaram obsoletos, atrapalhando o sistema, que marginaliza, retirando-os dos meios de produção, delegando a sociedade e ao Estado à responsabilidade em mantê-los, fato que não se processa na mesma velocidade da demanda real por inclusão social.

O sistema culpa o crescimento populacional, pela discrepância entre o que se produz e o que é necessário para produzir, determinando um excedente de mão de obra incapaz de acompanhar ou inserir-se nesses contextos de produção. Essa informalidade cresce à sombra da produção geradora de acúmulo do capital, pois, nesses contextos de informalidade a preocupação maior é sobreviver fugindo as regras mercadológicas, que impedem a ascensão e a mobilidade social desses informais. (FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004).

[...] a crença dos estruturalistas na capacidade de incorporação da força de trabalho marginalizada nas atividades propriamente capitalistas, à medida que o capitalismo expandia seu domínio oligopolista para todas as esferas da produção, encontrava um limite na própria capacidade de o sistema absorver força de trabalho, por conta mesmo do estágio de evolução das forças produtivas (COSTA, 2010, p. 175).

Deste modo, como já foi verificado o capital não possui possibilidades de atender toda a demanda de trabalhadores, se deparando com esse fato em suas relações produtivas, e

assim, o excedente de mão-de-obra aumenta, levando aos trabalhadores procurarem alternativas de trabalho no setor informal.

Assim segundo Filgueiras; Druck; Amaral (2006), a reestruturação das formas de produção com base na ingerência de uma maior tecnologia, produz-se em contextos paralelos uma maior informalidade com multifacetadas formas de informalizar o trabalho e a produção. Os diversos conceitos para a informalidade evidenciam também, que existe um tipo que não acumula capital nem intenciona, fugindo as regras impostas pelo sistema das taxas de impostos que não geram serviços, nem políticas públicas que minimizem as desigualdades sociais, assim:

Ocorre que a inexistência de uma rede de proteção social e as ralas garantias legais para o mundo do trabalho, que já herdava os paradoxos da convivência entre setores modernos assalariados e outros, com formas precárias, quase escravistas, fez com que o impacto desregulamentador e flexibilizador da legislação proliferasse modalidades informais de trabalho, especialmente desabrigadas de qualquer reconhecimento oficial (DALBOSCO; KUYUMJIAN, 1999, p. 198).

Portanto, o trabalho informal também possui suas origens na minimização ou nenhuma garantia das leis que envolvem os direitos dos trabalhadores, tornado este fato um produtor de atividades informais que não trazem benefícios para quem as exercem, pois não realizadas de maneira precária e não tem reconhecimento legal.

Ainda conforme Filgueiras; Druck; Amaral (2006), o setor formal da economia nutre-se com diversas atividades geradoras de renda na informalidade, não importando a idade ou qualificação profissional todos são excluídos das formas assistenciais de políticas protetivas do capital e do seu desenvolvimento, além de não participar dos contextos de distribuição da renda da economia formal, essa informalidade mascarada, acrescenta números reais no Produto Interno Bruto- PIB do país, fato esse, que não formaliza nenhuma atividade nessa economia subterrânea.

Deste modo conclui-se de acordo com Filgueiras; Druck; Amaral (2006), que mesmo com variados conceitos para a informalidade, o seu crescimento dentro das estruturas concorrenciais do capitalismo, as relações de emprego e renda, tornam essas atividades marginais, concorrendo com empregos de carteira assinada que auxiliam na precarização do trabalho e do emprego, quando retira das negociações, direitos conquistados, sintetizando-os somente nos salários todos os benefícios sociais e econômicos.

3.2.1 Escolaridade e inserção no setor informal

Segundo Ulyssea (2006), observa-se que o nível escolar dos trabalhadores informais é inferior a aqueles que são assalariados formais, onde de modo geral o retorno às escolas é maior entre as pessoas do setor formal, mas no Brasil esse retorno à escolaridade não possui grande diferença entre os trabalhadores formais e informais. Os empregos sem carteira de trabalho assinada são mais fáceis de encontrar, porém menos duradouros. Assim, o mercado de trabalho brasileiro está segmentado com trabalhadores formais e informais, onde os rendimentos dos trabalhadores informais são menores, portanto observa-se segundo pesquisa realizada que:

[...] o setor informal apresenta uma escolaridade muito mais baixa (72% com, no máximo, o primeiro grau completo) do que o setor formal (38,9% com até o primeiro grau completo). Isso também fica evidenciado ao se considerar que 53,6% dos ocupados no setor formal possuem um mínimo segundo grau completo, contra apenas 21,8% do setor informal (FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004, p. 221).

Fica evidente que, os indivíduos inseridos no setor informal, são aqueles que apresentam maiores índices quando se trata de nível de escolaridade baixo comparado ao setor

formal, sendo assim, essas pessoas com escolaridade baixa têm dificuldades em se inserir dentro do setor de formalidade.

Define-se o setor informal como aquele que a evasão escolar é possível, tendo como ponto negativo a quantidade de horas trabalhadas, onde nesse setor é muito maior que quando comparado ao setor formal, tendo também como aspecto negativo a não existência de proteção de trabalho (ULYSSEA,2006).

A escolha por se inserir no mercado formal ou informal se dá pela elevação do salário mínimo, elevação dos impostos sobre o lucro e sobre a folha de pagamento, ocorrendo à elevação no tamanho do setor informal e na taxa de desemprego, deste modo:

O aumento da informalidade e, nos anos 1990, também do desemprego, a redução percentual da força de trabalho protegida pela legislação, enfim, a chamada precarização do trabalho aparece como a marca mais importante. Ao mesmo tempo, a ação do Estado e as políticas de emprego continuam a se balizar tendo por norte a parcela da força de trabalho engajada no setor formal, o que de resto constitui um fator de ampliação das desigualdades entre a mão-de-obra “protegida” e aquela afeta à informalidade (THEODORO, 1998, p. 113-114).

Desta forma, o aumento do setor informal, se dá por vários motivos dentre eles a dificuldade com relação à garantia dos direitos trabalhistas, sendo assim, é de suma importância que as políticas produzam ações efetivas o que se refere aos trabalhadores do setor informal.

Portanto conclui-se segundo Ulyssea (2006), que os motivos para os quais existem elevadas taxas de informalidade no Brasil estão associados à rigidez contratual e aos custos que a legislação trabalhista impõe, sendo o FGTS, Seguro Desemprego, e a Justiça do Trabalho os principais fatores para o aumento dessas taxas. Deste modo, torna-se necessário a criação e execução de políticas que aumentem os sentidos para o trabalho formal.

4 A TERCEIRA IDADE E O TRABALHO INFORMAL NO MUNICÍPIO DE PROPRIÁ/SE

A cidade de Propriá/SE segundo a Prefeitura Municipal originou-se no início do século XVII, após a instalação de uma missão jesuíta com o intuito de catequizar os índios. Propriá tinha o comando administrativo de diversas cidades da região do rio São Francisco.

De acordo com o IBGE (2010), verifica-se que:

A data da doação é de 9 de abril de 1590. O filho de Cristóvão morreu. Dona Guiomar de Melo, a viúva, repassou as terras a seu genro, Pedro Abreu de Lima. Este, depois da morte da mulher, cedeu as terras aos jesuítas, aos carmelitas e aos filhos. Pedro Gomes de Abreu, filho mais velho, foi morar numa região mais baixa do morro. Ela se transformou numa povoação e ficou sedo conhecida como Urubu de Baixo.

Ainda segundo o IBGE (2010), Urubu de Baixo obteve um desenvolvimento rápido devido a sua localização próxima ao rio, a várzeas verteis e a vila de São Francisco, denominada atualmente como Penedo/AL, assim, as condições econômicas se tornaram muito favoráveis, fazendo com que Dom Sebastião Monteiro da Vide, arcebispo do Brasil ordenasse que a povoação se tornasse freguesia, passando em 18 de outubro de 1718 a se chamar Freguesia de Santo Antônio do Urubu de Baixo.

Segundo a Prefeitura de Propriá, devido a sua ótima localização diante do Rio São Francisco houve um intenso progresso e a freguesia passou a ser denominada como Vila de Propriá, ocorrendo como comemoração uma festa em 7 de fevereiro de 1802.

De acordo com o livro Sergipe Panorâmico (2002), Propriá perde parte de seu território após a criação da Freguesia de Porto da Folha, com isso as lideranças da Vila lutaram firmemente para torna a vila em uma cidade, se realizando em 21 de fevereiro de 1866. A cidade passa por muitas melhorias o século XX, inaugura-se o Hospital, é aberta a

fábrica de tecidos, a fábrica de beneficiamento de arroz, a conclusão da ferrovia que ligava Propriá a Aracaju e os serviços de energia elétrica.

Ainda segundo o livro Sergipe Panorâmico (2002), há um desenvolvimento com relação à comunicação com os municípios da região sul após a inauguração da Ponte de Pedra Branca, mas com a construção da Ponte do rio São Francisco a cidade começa a enfraquecer, assim:

Até o final da década de 60, Propriá atingiu a liderança do comércio atacadista no Baixo São Francisco. Contudo, a construção da ponte sobre o rio São Francisco ligando, a BR-101 a Porto Real do Colégio (AL), desviou o fluxo de transporte do centro da cidade, o que contribuiu para a sua decadência [...] (SERGIPE PANORÂMICO, 2002, p. 362).

Com relação à economia do município o livro Sergipe Panorâmico (2002), destaca que existe uma centralidade do potencial da cidade nas atividades desenvolvidas em sua sede, mas também existe destaque para a agricultura de arroz, milho, entre outros produtos. Nota-se a grande riqueza natural devido a sua localidade ribeirinha proporciona grande atividade pesqueira, existindo também como fonte econômica a feira que é considerada tradição da cidade, ocorrendo todos os sábados.

As atividades culturais do município iniciam-se com a tradicional festa de Bom Jesus dos Navegantes que acontece no último domingo de janeiro, existe também a festa do padroeiro Santo Antônio, entre outras festividades. No que se refere aos pontos turísticos da cidade destaca-se “a ponte de integração Sergipe-Alagoas, Hotel Velho Chico, Orla Ribeirinha Mirante, Riviera do São Francisco Prainha, a Catedral Diocesana Santo Antônio, Igreja Nossa Senhora do Rosário, e a Capela da Nossa Senhora das Graças” (SERGIPE PANORÂMICO, 2002, p.365).

Hoje de acordo com o IGBE (2010), os habitantes da cidade de Propriá são de 28.451 e segundo a Prefeitura do Município a cidade é limitada pelo “Estado de Alagoas

(nordeste), Neópolis, Japoatã e Malhada dos Bois (sul), São Francisco (sudoeste), e Cedro de São João e Telha (oeste)”.

4.1 A inserção do idoso no ramo da informalidade

Como essa conjuntura aqui abordada remete as pessoas da Terceira Idade no mercado de trabalho informal? Como já foi verificado o idoso tem garantido por lei o seguinte direito “Art. 26. O idoso tem direito ao exercício de atividade profissional, respeitadas suas condições físicas, intelectuais e psíquicas” (Estatuto do Idoso, 2009, p.16).

De acordo com Born (2008), as pessoas da terceira idade têm no Estatuto do Idoso esse direito reconhecido por lei, mas sabe-se que muitas vezes os idosos são vistos como incapazes não possuidores de autonomia e condições para desempenhar determinadas funções do dia-a-dia e exercer um trabalho.

De acordo com Santos, C. et al (2007), nos atuais contextos do trabalho, o idoso procura fugir aos estereótipos criados pela sociedade capitalista, a velhice é sinal de incapacidade de produzir ou acompanhar a dinâmica do trabalho e da produção, fato esse que fecha ou elimina grandes chances dos idosos de entrar ou retornar ao mercado de trabalho. Nessa constante luta cotidiana na busca por melhores condições de vida e qualidade, tanto os jovens pela falta de experiência, quanto os idosos pela idade, são dispostos paralelamente ao mercado formal, numa informalidade forçada pelas circunstâncias, tentando sobreviver frente às adversidades.

Conforme Neri (2007), os idosos acabam se deparando com diversas dificuldades ao longo da sua vida, encontrando no trabalho um preconceito constante, pois de modo geral as pessoas são preconceituosas com relação aos idosos em qualquer segmento de sua vida.

Segundo os autores Santos, C. et al (2007), os fatores que levam as pessoas da terceira idade a trabalharem são inúmeros, este fato pode ter suas bases nas baixas aposentadorias, manterem sua família, pois ainda se tem uma grande parcela da população idosa que mantêm as pessoas de sua família, meio de se sentir capaz e necessário para família e sociedade, entre outros. Assim, o trabalho significa muito para os idosos, pois em muitos casos não é só a necessidade em manter-se que influencia a opção de trabalhar, motivos diversos os levam a continuar trabalhado, mesmo após a aposentadoria. Estatística do IBGE (2001) apontam que “cerca de 65% dos idosos eram, em 1999, os responsáveis pela família e mais de um terço ainda se encontrava no mercado de trabalho”, deste modo:

Os idosos aposentados representam um dos segmentos sociais com maior estabilidade, e cresce o número de casos em que estes se responsabilizam pela manutenção de suas famílias. Mantendo-se com boa saúde até idades mais avançadas, os pobres recorrem ao trabalho informal, que, apesar dos baixos rendimentos, também proporciona ganhos imensuráveis, como amizades, poder dentro do domicílio e certa liberdade financeira [...] (COUTRIM, 2006, p. 367- 368).

Conforme D' Alencar e Campos (2006), os diversificados fatores que contribuem para o grande número de idosos na economia informal traduzem bem a política econômica excludente do capitalismo, que não aceita com muita frequência, os idosos na produção de bens, serviços e capitais. Os idosos necessitam de renda complementar ou não, para assumir responsabilidades que a família transfere pra ele. As famílias menores em indivíduos concentram índices de desemprego dos seus adultos, idosos ou adolescentes. Os aposentados já sentem as dificuldades de manter sua família com a sua aposentadoria, e buscam na informalidade, reforço no orçamento para melhorar ou manter níveis aceitáveis de sobrevivência.

Ainda conforme D' Alencar e Campos (2006) ressalta-se que essa dinâmica de informalidade é mantida pelo desemprego e pela falta e extinção de vagas para idosos no mercado de trabalho formal, sendo a idade para os idosos um impedimento para continuar

buscando oportunidades. Levados por essa gama de fatores excludentes, os idosos buscam na informalidade, continuar na busca constante por melhores condições de vida, que lhes dê dignidade e cidadania.

Portanto, segundo Filgueiras; Druck e Amaral (2004), existem uma série de fatores que levam a inserção da terceira idade no mercado de trabalho informal, sendo outra causa importante que determina essa inserção são os baixos índices de escolaridade que leva na sua grande maioria às aposentadorias baixas ou a não aposentadoria, todos esses aspectos impulsionam os idosos a procurarem no setor informal um modo de garantir sua sobrevivência.

Os autores Santos, C. et al (2007), apontam que o mercado de trabalho muitas vezes se evidencia como um campo recoberto de dificuldades, sendo a população idosa uma faixa etária que encontra várias dificuldades, pois este segmento sofre com o preconceito vindo da sociedade que foi construído ao longo da história humana, adquirindo geralmente a visão de que os idosos não possuem a força necessária para a execução das profissões que o trabalho de mercado oferece.

Mas por outro lado essa visão criada sobre as pessoas da terceira idade se modifica aos poucos, segundo Coutrim (p. 367, 2006):

A cada dia novas pesquisas revelam que uma parcela considerável dos idosos e idosas¹ possui condições de trabalhar e efetivamente o fazem. Os idosos aposentados representam um dos segmentos sociais com maior estabilidade, [...].

Deste modo, conclui-se que na maioria dos casos as pessoas da terceira idade não optam por trabalhar no mercado de trabalho informal por desejo próprio, mas sim pela necessidade de se manter ou complementar sua renda, pois em sua maioria as mudanças tecnológicas e a sociedade dificultam a inserção da pessoa da terceira idade no âmbito formal.

4.2 Análise das causas, importância e aspectos gerais das pessoas da Terceira Idade no trabalho informal no Município de Propriá

Conforme as pesquisas realizadas através das bibliográficas, verifica-se que de modo geral as pessoas da terceira idade continuam trabalhando para manter sua sobrevivência e de seus familiares, sendo poucos aqueles que exercem atividades laborais por prazer ou como forma de distração.

Assim, é notório que no município de Propriá/SE essa dada realidade não se diferencia do cenário brasileiro, pois se encontram diversas pessoas da terceira idade ainda trabalhando, sendo a maioria delas atuantes no setor informal.

Foi observado diante das entrevistas realizadas com 10 idosos dos dois sexos, sendo oito do sexo masculino e dois do sexo feminino, com idades variadas entre 60 e 80 anos, que o nível de escolaridade dos entrevistados varia desde analfabetos a ensino médio incompleto, tendo este fato um caráter de confirmação do que foi apresentado no segundo capítulo, sendo abordado acerca da escolaridade das pessoas da terceira idade que trabalham no mercado informal, assim como ressalta Ulyssea (2006, p. 599):

[...] os assalariados informais apresentem, em média, um nível de escolaridade inferior ao dos formais, as evidências apresentadas pela literatura internacional sugerem que o retorno à escolaridade é maior no setor formal do que no informal [...]

Verificou-se diante da pergunta “quais as causas que levam a trabalhar no setor informal”? Que são poucos os idosos que trabalham por meio de distração, como analisamos nesta fala:

“Trabalho para não ficar sedentário, para minha distração, para eu manter a comunicação com as pessoas, conversar com meus amigos e conhecer novas pessoas” (V. F. de 69 anos).

Na sua maioria as pessoas da terceira idade trabalham no setor informal basicamente pela necessidade de manter-se, assim como sua família, como relatam J. C. de 80 anos que diz “porque o salário é baixo” e J. F. de 64 anos que diz:

“A necessidade, pois devido eu ser analfabeto não tive condições de arrumar um emprego de carteira assinada, é meu meio de sobreviver e ainda tenho que sustentar minha família”.

Este fato é propagado não só no Município de Propriá, mas também em todo país, como pode ser notado em pesquisa realizada por D’Alencar e Campos (2006, p. 38):

Cabe destacar que, na sua grande maioria, os idosos continuam trabalhando por necessidade (87,5%), alguns deles lamentando que sejam obrigados a fazê-lo para complementar sua renda mensal. Já os demais (12,5%) trabalham porque gostam de se manter ocupados, não desejam parar [...].

De acordo com pergunta aplicada “Você recebe algum benefício assistencial ou aposentadoria”? Foi constatando que metade dos entrevistados não recebe aposentadoria, como a exemplo do senhor J. B. de 65 anos, e a outra metade possui aposentadoria como o senhor A. B. de 68 anos que diz:

“A aposentadoria não é o suficiente para se manter, não dá para nada, as coisas estão muito caras, minha esposa ainda não se aposentou, eu pago tudo e ainda ajudo meus filhos”.

Essa reclamação prevalece entre essa parcela dos entrevistados. Deste modo Neri, M. (2007, p. 97), aponta que:

[...] As queixas mais frequentes entre os homens talvez derivem do fato de que, a maioria das famílias, cabe a eles o papel provedor. Com a queda de renda depois da aposentadoria, parte dos homens experimenta problemas com relação a dificuldade de manter o mesmo padrão de vida.

Quanto ao recebimento gratuito de medicamentos foi questionado “Você recebe auxílio para medicamentos”? Constatou-se que apenas um dos entrevistados o senhor J. C. de 80 anos recebe auxílio medicamento, enquanto os demais alegam que preferem comprar, como o senhor A. F. de 61 anos que relata:

“Eu compro porque a burocracia para se receber é muito grande, demora muito para pegar o que a gente precisa, às vezes tenho coisa urgente e se for esperar o remédio de graça eu fico mais doente ainda”.

Assim, Neri, M. (2007) também aponta que “despesas com medicamentos em geral tomam 3% e 5,8% do orçamento, respectivamente, sendo as demais despesas de saúde”.

Foi questionado “quando você pretende parar de trabalhar”? Alguns dos entrevistados responderam que quando obtiver a aposentadoria, mas a maioria não tem essa pretensão a exemplo de C. M. de 65 anos que disse “só paro de trabalhar quando morrer” e do entrevistado A. R. de 61 anos que relata:

“Acho que quando não puder mais, pois mesmo quando me aposentar pretendo continuar trabalhando, sei que a aposentadoria não vai dar para tudo e vou ter que trabalhar mais para completar o que vou ter”.

No que se refere ao preconceito e dificuldades vivenciadas pelos idosos, nota-se que de modo geral eles não passam por essas situações no seu cotidiano, e alguns deles declararam dificuldades relativas aos seus clientes, onde apenas E. A. de 68 anos relatou um episódio de preconceito em seu local de trabalho e disse que:

“Queriam que eu saísse do meu local de trabalho, queriam me tirar aqui do meu ponto, eu não entendi porque, como sou velha não tenho mais como ficar procurando outro lugar pra vender”.

Foram identificadas no Município de Propriá atividades desenvolvidas pelas pessoas da terceira idade no mercado de trabalho informal, como: carroceiro, carregador,

catadora de garrafas PETI, costureira, vendedora de milho, vendedora de doce, pedreiro e feirante, sendo esta última atividade a que predomina entre os idosos.

Dentro de todo esse contexto vivenciado pelos idosos foi questionado quanto à importância do trabalho informal para eles, A. F. de 61 anos que relata:

“Esse trabalho é importante pra mim porque me trás uma renda, como não sou aposentado é a única coisa que tenho pra me manter, tenho três filhos que usa drogas e é muito difícil manter eles”.

Assim, foi analisado que a maioria descreve a importância desse trabalho apenas no sentido de sua sobrevivência, sendo o mesmo sua fonte de renda ou complemento de sua aposentadoria. Alguns dos entrevistados expõem esse trabalho como algo importante para sua realização pessoal, relacionamento com as outras pessoas e comunicação.

4.3 O Serviço Social e a Terceira Idade

Sabe-se que o Serviço Social ao longo de sua trajetória passou por inúmeras transformações, segundo Simões (2009), no Brasil a profissão iniciou-se com ações da Igreja Católica, sendo influenciada por diversos contextos, pode-se notar isto de acordo com Yamamoto e Carvalho (2009, p. 83):

Em suas origens no Brasil, o Serviço Social está intimamente vinculado a iniciativas da Igreja, como parte de sua estratégia de qualificação do laicato, especialmente de sua parcela feminina, vinculada predominantemente aos setores abastados da sociedade [...].

Segundo Simões (2009), a profissão também passou pela Reconceituação e diversas conquistas como seu reconhecimento e regulamentação da profissão, a criação do seu Código de Ética, entre outros. Hoje os profissionais da área possuem vários princípios que garantem a defesa dos direitos dos cidadãos, como:

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; (Conselho Federal de Serviço Social, 2011, p. 23).

Além desses princípios existe também a não discriminação do exercício profissional, obtendo o dever de atender a todos e é nesse contexto que se insere as pessoas da terceira idade como usuários do Serviço Social.

Segundo Pereira (2005), as novas demandas onde se inclui o envelhecimento da população determinarão mudanças e práticas, visando alterar preceitos, políticas e a sociedade, para adequar-se aos novos padrões. O Serviço Social por encontra-se inserido nessa dinâmica social e econômica, assiste todos os dias grandes desigualdades existentes, o que requer desse profissional, novas discussões e reflexões no intuito de aperfeiçoar os procedimentos e exigir maiores proteções sociais para essa nova demanda.

De acordo com Torres e Sá (2008), o assistente social é visto pelos seus usuários como um profissional que pode atender a todas as suas demandas, sendo elas muitas vezes de cunho urgente, e ressalta que:

[...] Com o segmento idoso, isso não difere. Os idosos recorrem ao assistente social para o atendimento as suas necessidades, tanto aquelas de caráter imediato, relacionadas ao transporte adaptado, o acesso à rede de atendimento sócio-assistencial, entre outras. (TORRES E SÁ, 2008, p. 7).

Deste modo, as pessoas da terceira idade buscam o atendimento dos assistentes sociais para obterem respostas quanto as suas necessidades, e buscando uma maior efetivação dos direitos reconhecidos por lei, sendo isto também salientado por Torres e Sá (2008, p.7-8):

É indiscutível a importância dessas ações para a população idosa, que tem nelas a oportunidade de ampliação de seu universo cultural e de sua convivência social e familiar. O trabalho do assistente social, constitutivo de

várias ações dirigidas à população idosa na região, reafirma seu reconhecimento em ações desenvolvidas na garantia do acesso aos direitos sociais, na explicitação da condição de vida dos idosos, na visibilidade do modo como esta população é reconhecida pela sociedade.

Assim, além de se evidenciar a importância da garantia dos direitos das pessoas da terceira idade, também é notória a importância das políticas públicas para este segmento. Conforme Souza (2003), mesmo sendo garantido no Estatuto do Idoso (2009, p.7) no Art. 3º exprimi a obrigação da família, comunidade e Poder Público assegurar ao idoso a efetivação dos seus direitos, isso não ocorre de fato, sendo o Serviço Social responsável por isto:

[...] Cabe ao Serviço Social, em sua função educativa e política, trabalhar os direitos sociais do idoso, resgatar sua dignidade, estimular consciência participativa do idoso objetivando sua integração com as pessoas, trabalhando o idoso na sua particularidade e singularidade, levando em consideração que ele é parcela de uma totalidade que é complexa e contraditória (SOUZA, 2003, p. 3).

Conforme Pereira (2005), a profissão ocupa papel preponderante nesses novos contextos, pois, deverá dentro de suas rotinas, atender com precisão a essa nova demanda, compreendendo com o sistema neoliberal globalizado que afeta e cria desigualdades nesse segmento da sociedade. Modificar ou adequar-se a essa nova realidade, deve ser objetivo da prática do Serviço Social.

Assim, conforme Souza (2003), o Serviço Social, portanto, tem uma função suma importância junto às pessoas da terceira idade, pois ele exerce o papel de mostrar a sociedade que todos têm o dever de tratar de maneira adequada os idosos, respeitando suas necessidades e valorizando suas vivências.

5 CONCLUSÃO

Como já foi analisado a população brasileira ver-se frente a um fenômeno, que somente acontecia em nações ricas da Europa, o envelhecimento de seus adultos, esse fenômeno exige da sociedade uma revisão nos seus conceitos e prioridades, para diminuir as desigualdades existentes em todos os níveis. Buscar compreender esse fenômeno é adequar-se a essa nova realidade, essa nova demanda (PEREIRA, 2005).

As pessoas da terceira idade são levadas ao enfrentamento das necessidades de sobrevivência, buscam de variadas formas, produzirem renda que mantenha ou possa melhorar suas condições de vida. Assim, a aposentadoria baixa força o idoso a exercer atividades no mercado de trabalho informal, sendo notório que o mercado da informalidade, está recheado de idosos, que buscam numa renda paralela, suprir as necessidades suas e de sua família (D' ALENCAR E CAMPOS, 2006).

Assim, partindo de um parâmetro nacional, onde foi estudada a realidade das pessoas da terceira idade inseridas no mercado de trabalho informal, nota-se que na realidade constatada não se difere no Município de Propriá.

Verificou-se que assim como no Brasil, a maioria dos idosos do município trabalham para sua sobrevivência e de sua família, pois não possui outro meio para se manterem. Os que são aposentados ainda necessitam trabalhar para complementar sua renda, alegando que a aposentaria é baixa e não é suficiente para as despesas.

Nota-se que as pessoas da terceira idade inseridas no mercado informal do município de Propriá em sua maioria não possuem o ensino médio completo, o que leva a essa inserção, assim como o fato da não oportunidade oferecida pelo setor formal do município segundo os idosos.

Os maiores obstáculos constatados através das entrevistas não são relacionados ao trabalho exercidos por eles, mas sim a dificuldade do acesso aos medicamentos gratuitos, motivo de grande reclamação entre os idosos.

Portanto, a partir de todos os fatos constatados nesta pesquisa, verifica-se também a importância do Serviço Social para estudo e aprofundamento acerca dessa temática, pois, cabe a este profissional expor para a sociedade o valor que se deve aplicar as pessoas da terceira idade, garantindo seus direitos e buscando o fortalecimento das políticas públicas para este segmento.

REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

ALVES, Andréa Moraes. Os idosos, as redes de relações sociais e as relações familiares. In: NERI, Anita Liberalesso (Org.). **Idosos no Brasil: vivências desafios expectativas na terceira idade**. 1. Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007. cap. 13, p. 125 – 139.

ANTUNES, Ricardo. **O desenho multifacetado do trabalho hoje e sua nova morfologia**. São Paulo: Cortez, 2005.

ASTRADA, Carlos. **Trabalho e alienação: na “fenomenologia” e nos “manuscritos”**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

BARRÊTO, Clarissa Augusto. **As transformações do Mundo Contemporâneo e a Centralidade do Trabalho**. João Pessoa, PB, 1998. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal da Paraíba, UFP.

BARROCO, Maria Lúcia. **Trabalho, Ser Social e Ética**. São Paulo: Cortez, 2001.

BERZINS, Marília Anselmo Viana da Silva; BORN, Tomiko. (Org.). **Cuidar Melhor e Evitar a Violência- Manual do Cuidador da Pessoa Idosa**. Brasília: Secretária Especial dos Direitos Humanos, Subsecretária de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2008.

BRASIL. GOVERNO DE SERGIPE. **Estatuto do Idoso, um direito garantido pela constituição federal**. Aracaju/SE, 2009.

BOKANY, Vilma. Velhice no Brasil: contrastes entre o vivido e o imaginado. In: NERI, Anita Liberalesso (Org.). **Idosos no Brasil: vivências desafios expectativas na terceira idade**. 1. Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007. cap. 6, p. 21 – 31.

CACCIAMALI, Maria Cristina. **Globalização e processo de informalidade**. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/instituto/revistas/economia-e-sociedade/V9-F1-S14/06-Cacciamali.pdf>>. Acesso em: 10 de Abril de 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de ética do Assistente Social.** Disponível em: < http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf>. Acesso em: 28 de Abril de 2012.

COSTA, Márcia da Silva. **Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira.** Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010349792010000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 de Abril de 2012.

COUTRIM, Rosa Maria da Exaltação. **Idosos trabalhadores: perdas e ganhos nas relações intergeracionais.** Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/se/v21n2/a04v21n2.pdf>>. Acesso em: 24 de Abril de 2012.

CRUZ, Rosana Cancelo; FERREIRA, Márcia de Assunção. **Um certo jeito de ser velho: Representações sociais da velhice por familiares de idosos.** Disponível em< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010407072011000100017&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 de Abril de 2012.

DALBOSCO, Eduardo; KUYUMJIAN, Márcia de Melo Martins. **Os desafios de compreender o trabalho informal.** Disponível em:<http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/8553/1/ARTIGO_DesafiosComprender.pdf>. Acesso em: 10 de Abril de 2012.

D'ALENCAR, Raimunda Silva; CAMPOS, Juliana Britto. **Velhice e Trabalho: a informalidade como reaproveitamento do descartado.** Porto Alegre, 2006. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/RevEnvelhecer/article/view/4794/2700>. Acesso em: 30 de março de 2012.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que são direitos da pessoa.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

DOLL, Johannes. Educação, cultura e lazer: perspectivas de velhice bem-sucedida. In: NERI, Anita Liberalesso (Org.). **Idosos no Brasil: vivências desafios expectativas na terceira idade.** 1. Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007. cap. 12, p. 109 – 123.

FALEIROS, Vicente de Paula. Cidadania: os idosos e a garantia dos seus direitos. In: NERI, Anita Liberalesso (Org.). **Idosos no Brasil: vivências desafios expectativas na terceira idade.** 1. Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007. cap. 15, p. 153 – 167.

FONSECA, Márcia Christine de Araújo. **Direitos Humanos são Para os Humanos de Direitos.** Balcão de Direitos, 2011.

FILGUEIRAS, Luiz A.M.; DRUCK, Graça; AMARAL, Manoela Falcão. **O conceito da informalidade: um exercício de aplicação empírica.** Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=16&layout=abstract&locale=es>>. Acesso em 10 Abril de 2012.

GUIMARÃES, Abel Balbino. **A dignidade da pessoa idosa na Constituição.** Cuiabá: Janina, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil.** São Paulo, Cortez: 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Educação e Trabalho.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/suppleme/analiseresultados2.shtm>> Acesso em: 10 de Abril de 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Economia Informal Urbana.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ecinf/notatecnica.pdf>> Acesso em: 10 de Abril de 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Propriá/SE Dados Básicos.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=280570#>>. Acesso em: 23 de Abril de 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil termina o século com mudanças sociais.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/0404sintese.shtm>>. Acesso em: 23 de Abril de 2012

KON, Anita. **Diversidades nas condições de informalidade do trabalho brasileiro.** Disponível em: <<http://anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A156.pdf>>. Acesso em: 10 de Abril de 2012.

LOPES, Andréa. Escolaridade, raça e etnia: elementos de exclusão social de idosos. In: NERI, Anita Liberalesso (Org.). **Idosos no Brasil: vivências desafios expectativas na terceira idade.** 1. Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007. cap. 9, p. 65 – 80.

LIMA, Jacob Carlos. **O trabalho e a utopia da igualdade social**. São Paulo, 2011. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010133002011000100013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 de março de 2012.

MENDES, Lucilene da Conceição; PIRES Paula Porto. **O idoso no mercado de trabalho**. Disponível em:<http://www.unihorizontes.br/pi/pi_cba_2_2007/adm/idoso_no_mercado_de_trabalho.pdf> Acesso em: 24 de Abril de 2012

MENDES, Márcia R.S.S. Barbosa; GUSMÃO, Josiane Lima; FARO, Ana Cristina Mancussi; LEITE, Rita de Cássia Burgos. **A situação social do idoso no Brasil: uma breve consideração**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ape/v18n4/a11v18n4.pdf>>. Acesso em: 19 de março de 2012.

NERI, Anita Liberalesso. Escolaridade, raça e etnia: elementos de exclusão social de idosos. In:_____. **Idosos no Brasil: vivências desafios expectativas na terceira idade**. 1. Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007. cap. 9, p. 65 – 80.

NERI, Anita Liberalesso. Atitudes e preconceitos em relação à velhice. In:_____. **Idosos no Brasil: vivências desafios expectativas na terceira idade**. 1. Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007. cap. 7, p. 33 – 46.

NERI, Marcelo Cortes. Renda, consumo e aposentadoria: evidências, atitudes e percepções. In: NERI, Anita Liberalesso (Org.). **Idosos no Brasil: vivências desafios expectativas na terceira idade**. 1. Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007. cap. 11, p. 91 – 107.

NORONHA, Eduardo G. **“INFORMAL”, ILEGAL, INJUSTO: percepções do mercado de trabalho no Brasil**. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbcsoc/v18n53/18081.pdf>>. Acesso em: 10 de Abril de 2012.

PEREIRA, Potyara A. P. **Formação em Serviço Social, política social e o fenômeno do envelhecimento**. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/envelhecimento/formacaosocialpotyara.pdf>>. Acesso em: 30 de Abril de 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PROPRIÁ. **A cidade**. Disponível em:<<http://www.propria.se.gov.br/>>. Acesso em: 23 de Abril de 2012.

SANTOS, Camila Tais Moura; DINIZ, Carlos Eduardo de Oliveira; SOUZA, Kelly Cristina; MENDES, Lucilene da Conceição; PIRES Paula Porto. **O idoso no mercado de trabalho.** Disponível em: <http://www.unihorizontes.br/pi/pi_cba_2_2007/adm/idoso_no_mercado_de_trabalho.pdf> Acesso em: 24 de Abril de 2012.

SANTOS, Geraldine Alves. Escolaridade, raça e etnia: elementos de exclusão social de idosos. In: NERI, Anita Liberalesso (Org.). **Idosos no Brasil: vivências desafios expectativas na terceira idade.** 1. Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007. cap. 9, p. 65 – 80.

SARMIENTO, Sophia; FILHO, João Batista Lima. **A terceira idade na Pastoral da criança: de bem com a vida.** São Paulo: Foto laser gráfica e Editora LTDA, 2003.

SERGIPE PANORÂMICO. (Org.). Jouberto Uchôa de Mendonça e Maria Lúcia Marques Cruz e Silva. Aracaju: UNIT, 2002.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2009.

SIQUEIRA, Maria Eliane Catunda. Velhice e políticas públicas. In: NERI, Anita Liberalesso (Org.). **Idosos no Brasil: vivências desafios expectativas na terceira idade.** 1. Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007. cap. 18, p. 209 – 223.

SIQUEIRA, Renata Lopes; BOTELHO, Maria Izabel Vieira; COELHO, France Maria Gontijo. **A velhice: algumas considerações teóricas e conceituais.** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232002000400021&lang=pt>. Acesso em: 29 de fevereiro de 2012.

SOUZA, Dayse Jaqueline Macedo. **Serviço social na terceira idade: uma práxis profissional.** Disponível em: <http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/pdf/artigos_revistas/153.pdf>. Acesso em: 30 de Abril de 2012.

TORRES, Mabel Mascarenhas; SÁ, Maria Auxiliadora Ávila dos Santos. **Inclusão social de idosos: um longo caminho a percorrer.** Disponível em: <<http://periodicos.unitau.br/ojs-2.2/index.php/humanas/article/viewFile/454/419>>. Acesso em: 30 de Abril de 2012.

THEODORO, Mário. **As características do mercado de trabalho e as origens do informal no brasil.** Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap_3-10.pdf>. Acesso em: 10 de Abril de 2012

ULYSSEA, Gabriel. **Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S010131572006000400008>>. Acesso em: 05 de novembro de 2011.

Vade Mecum: acadêmico de direito. Anne Joyce Angher (Org.). **Constituição da República Federativa do Brasil (1988).** São Paulo: Rideel, 2010.

VALADARES, Antonio Carlos. **Terceira Idade: Cartilha de Qualidade de Vida.** Brasília. Senado Federal, 2008.

VENTURI, Gustavo. Velhice no Brasil: contrastes entre o vivido e o imaginado. In: NERI, Anita Liberalesso (Org.). **Idosos no Brasil: vivências desafios expectativas na terceira idade.** 1. Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007. cap. 6, p. 21 – 31.

VERAS, Renato. **Envelhecimento populacional contemporâneo: demandas, desafios e inovações.** Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003489102009000300020&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 de janeiro de 2012.

ANEXOS

Entrevista

1. Qual seu nome?
2. Sexo?
3. Qual a sua idade?
4. Qual seu nível de escolaridade?
5. Qual sua ocupação?
6. Há quanto tempo trabalha no setor informal?
7. Quais as causas que levam a trabalhar no setor informal?
8. Qual a importância do trabalho informal para você?
9. Existe algum tipo de preconceito da sociedade com relação ao seu trabalho nessa faixa etária?
10. Quais os maiores obstáculos que você enfrenta no seu cotidiano?
11. Quando você pretende parar de trabalhar?
12. Você recebe algum benefício assistencial ou aposentadoria?

13. Você recebe auxílio para medicamentos?